

Elaine Cristina de Piza

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de política fiscal do projeto de extensão "Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises".

ecpiza@uem.br

Kátia Harumi Omoto Uripia

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de política fiscal do projeto de extensão "Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises".

khomoto@uem.br

Nomes dos integrantes do subgrupo

Andressa Tavares Candelório

ra116161@uem.br

Carolina Sanches Celeste

ra113996@uem.br

Douglas Eduardo dos Santos Pires

ra122565@uem.br

Isadora Abilas Tarosso

ra103350@uem.br

Joaquin Zarza Quevedo

ra116331@uem.br

Tomás Fernandes Torres

ra113968@uem.br

Wanderléia Paulino Gonçalves Pereira

ra119429@uem.br

Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participantes da equipe de Política Fiscal do projeto.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Correspondência/contato
Av. Colombo, 5.790 – Bloco: C-34 – Sala 11
Jd. Universitário - Maringá - Paraná - Brasil
CEP 87020-900

POLÍTICA FISCAL

Análises do primeiro semestre de 2021

RESUMO

O presente Boletim tem por objetivo analisar a condução da política fiscal no Brasil ao longo do primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período do ano de 2020. Destaca-se que apesar do agravamento da pandemia de Covid-19 no primeiro semestre de 2021, o retorno das atividades de diversos setores da economia promoveu a melhora das contas públicas. O Governo Central apresentou no primeiro semestre de 2021 uma queda de 88,05% em seu déficit. Essa queda é explicada tanto pelo aumento na receita primária quanto na despesa primária do Governo Central. O aumento das receitas se deu, principalmente, em razão do retorno das atividades econômicas, da inflação e da desvalorização cambial. Já as despesas primárias tiveram redução em função, principalmente, dos menores gastos extraordinários para o combate da pandemia. Além a melhora no conceito primário, houve queda no pagamento de juros nominais, resultando em redução do déficit nominal, que passou de 16,22% do PIB no primeiro semestre de 2020 para 3,65% no mesmo período de 2021. Apesar da melhora apresentada nas necessidades de financiamento do setor público, o endividamento se elevou no primeiro semestre de 2021, aumentando as dificuldades do setor público em garantir a sustentabilidade da dívida. O destaque positivo ficou por conta dos governos estaduais que apresentaram superávit nominal no período em análise, indicando a retomada da capacidade de gastos no âmbito regional, o que pode contribuir para a retomada da economia no ano eleitoral, caso a situação fiscal dos Estados permaneça positiva.

Palavras-Chave: resultado primário, covid-19, juros nominais, dívida pública

1. INTRODUÇÃO

O presente boletim tem por objetivo analisar a condução da política fiscal no Brasil ao longo do primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período do ano de 2020. A análise envolve o resultado primário do Governo Central no critério acima da linha, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando os principais fatores que levaram às oscilações de receitas e despesas primárias, a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), no critério abaixo da linha, considerando o resultado primário, os juros segundo critério de competência e o resultado nominal do Setor público e, por fim, os indicadores de dívida pública, a saber, dívida mobiliária federal interna, dívida líquida do setor público e dívida bruta do governo geral.

2. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central envolve as contas da Previdência Social, do Banco Central e do Tesouro Nacional apresentou no primeiro semestre de 2021 um déficit primário de R\$52,54 bilhões ante um déficit de R\$452,27 bilhões para o mesmo período de 2020, significando uma queda de 88,05% no déficit primário, conforme dados do Gráfico 01, em R\$ milhões, deflacionados pelo IPCA a preços de junho de 2021.

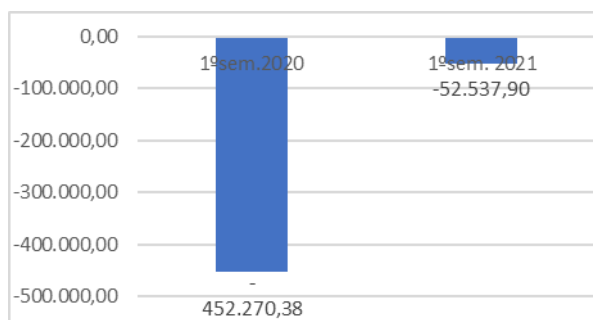


Gráfico 01 - Resultado Primário do Governo Central no primeiro semestre de 2020/21

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

O Gráfico 02 apresenta os componentes do resultado primário. É importante destacar que o resultado primário é dado por Receita total (Menos) transferências por repartição de despesas (menos) despesa total. Entre os fatores que levaram a essa melhora no resultado primário do Governo Central, destaca-se o aumento de 28,53% na receita total (que passou de R\$712,29 bilhões para R\$915,53 bilhões) e a queda de 22,04% na despesa total (que passou de R\$1.022,26 bilhões para R\$796,96 bilhões) conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Já as transferências por repartição de receita seguiram no sentido oposto, tendo aumentado 20,25%.

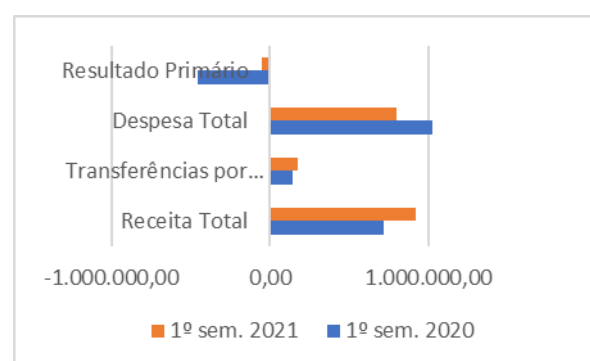


Gráfico 02 - Resultado Primário do Governo Central no primeiro semestre de 2020/21

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

As discussões que se seguem apresentam os destaques dos principais fatores que levaram a redução do déficit primário do Governo Central.

2.1 A Evolução da Receita Total do Governo Central no primeiro semestre de 2021

A conta de receitas do Governo Central do Brasil pode ser discriminada em quatro tipos de arrecadações, a saber, Receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), Incentivos fiscais, Arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Receitas não administradas pela RFB. A Tabela 01 apresenta a receita do Governo Central e os

seus quatro principais tipos de receita no primeiro semestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, em R\$ milhões a preços de junho de 2021.

Tabela 01 - Receita Total do Governo Central no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var%
1. RECEITA TOTAL	712.290,30	915.528,08	28,53
1.1 - Receita Administrada pela RFB	453.106,67	583.867,33	28,86
1.2 - Incentivos Fiscais	-149,09	-34,41	-76,92
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	175.612,03	208.467,79	18,71
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	83.720,69	123.227,36	47,19

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Nota-se que houve um aumento real de 28,53% na Receita Total no primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020. O aumento nas receitas, de um período para outro, pode ser explicado por alguns fatores, a começar pela pandemia do Covid-19.

A pandemia que teve início no Brasil a partir de março de 2020, afetou negativamente a arrecadação tributária do governo ao longo do ano de 2020. Segundo os dados da Receita Federal (2020), a queda real na arrecadação de janeiro a maio de 2020 foi de 11,93% quando comparado ao ano de 2019.

Esta queda na arrecadação no ano de 2020 é justificada, principalmente pela interrupção e/ou encerramento de diversas atividades no decorrer do ano de 2020. Como consequência, houve queda na produção e na renda que levaram à redução na arrecadação de tributos. Além disso, houve adiamento no pagamento de

impostos, que foi uma medida adotada para aliviar os efeitos econômicos da pandemia.

Durante o primeiro semestre de 2020, o mês de Junho apresentou como resultado a pior arrecadação em 16 anos, sofrendo uma retração de 29,6% em comparação ao ano de 2019 (MARTELLO, 2020).

Já a variação positiva que as receitas do Governo Central apresentaram no primeiro semestre de 2021 pode ser explicada, principalmente, pelo retorno das atividades de diversos setores da economia (mesmo diante do agravamento da pandemia¹) e pela inflação. Como parte da arrecadação, principalmente de impostos, depende da produção e renda da economia, renda e produção maiores, significa arrecadação maior. Já com relação a inflação, como muitos tributos são uma alíquota sobre o preço da mercadoria ou serviço, inflação maior significa arrecadação maior².

Com exceção dos Incentivos Fiscais, todas as arrecadações do governo central apresentaram uma variação positiva durante o primeiro semestre de 2021 quando comparado com o primeiro semestre de 2020, conforme dados da Tabela 01.

Para se analisar a variação das contas da receita total deve-se observar não somente o quanto variou a arrecadação de cada componente, mas também é importante levar em conta a participação relativa de cada componente no total da arrecadação.

Em relação à participação relativa de cada uma das quatro contas na Receita total, no primeiro semestre de 2021, a "Receita Administrada pela RFB" representa a maior parcela da receita, explicando 60,27% da Receita Total. O Gráfico 03 apresenta a participação relativa na receita total dos quatro tipos de receitas.

A conta com maior participação é a Receita administrada pela RFB, com uma participação relativa de 60,23%. Em segundo lugar vem a Arrecadação Líquida

¹ Para dados sobre a pandemia vide:

<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>

² Conforme dados do IBGE, a inflação acumulada pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) acumulou 0,10% entre janeiro e junho de 2020. Já em 2021, acumulou 3,77% para o mesmo período.

para o RGPS sendo responsável por 25% da Receita Total. Com uma participação relativa de 14,7% estão as Receitas não administradas pela RFB. E por fim, os Incentivos Fiscais foram negativos e por isso sua participação relativa é zero.

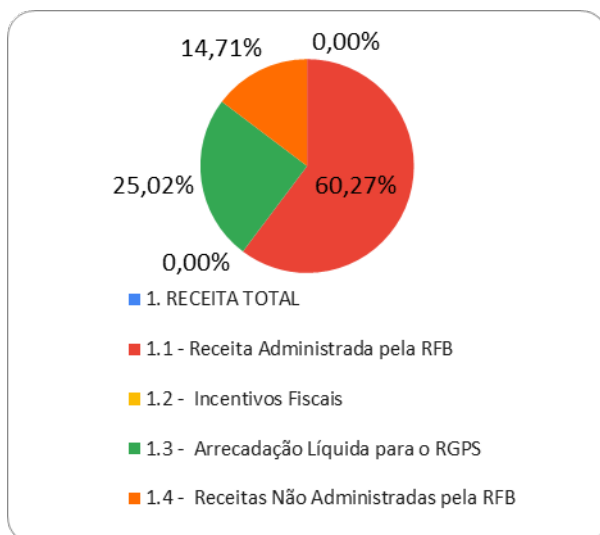


Gráfico 03 - Participação relativa na Receita Total

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Conclui-se que a pandemia do Covid-19 teve um impacto negativo na arrecadação do governo central no ano de 2020, e conforme a atividade econômica foi sendo retomada, e a inflação aumentando as receitas do governo foram se elevando. Este fato justifica a variação significativa de 28,53% na Receita Total no primeiro semestre de 2020 para o primeiro semestre de 2021.

A Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) é dividida em 10 subcategorias, que podem ser verificadas na Tabela 02. Possuíram maior participação relativa, no primeiro semestre de 2021, o Imposto de Renda (IR), com 44,92% da receita administrada pela RFB, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) com participação de 22%.

Conforme a Tabela 02, a arrecadação do imposto de importação teve um aumento real de 39,67% no primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020, principalmente, devido a taxa de câmbio. Segundo dados

da Austin Rating (agência de avaliação de risco de investimento), em 2020 o Real foi a sexta moeda que mais se desvalorizou em relação ao dólar. Entretanto, no primeiro semestre de 2021, foi a quarta moeda que mais se valorizou no mundo diante o dólar americano. Entretanto, apesar da valorização no primeiro semestre de 2021, a taxa de câmbio se manteve, comparativamente, mais desvalorizada do que no primeiro semestre de 2021.

Tabela 02 - Receitas Administradas pela RFB no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var%
1 - Receita Administrada pela RFB	453.106,67	583.867,33	28,86
1.1 - Imposto de Importação	22.270,49	31.106,06	39,67
1.2 - IPI	24.042,96	35.321,35	46,91
1.3 - Imposto de Renda	219.429,64	262.369,90	19,57
1.4 - IOF	16.322,05	20.721,42	26,95
1.5 - Cofins	87.024,00	128.347,63	47,49
1.6 - PIS/Pasep	25.412,47	36.363,60	43,09
1.7 - CSSL	45.431,27	57.541,53	26,66
1.8 - CPMF	0,00	0,00	
1.9 - CIDE Combustíveis	1.142,51	632,41	-44,65
1.10 - Outras	12.031,26	11.463,45	-4,72

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

A taxa de câmbio mais desvalorizada ampliou a arrecadação do Imposto de Importações porque a desvalorização provoca um aumento nos preços dos produtos importados e, como o imposto é uma alíquota sobre o valor do produto importado, um preço maior significa uma arrecadação maior.

Já a arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) teve um aumento real de 46,91% no primeiro semestre de 2021 quando comparado com o

mesmo período de 2020. No Gráfico 04 é possível observar que o IPI Vinculado as importações sofreu a maior variação, tendo um aumento real de 52,03% em 2021 em relação ao mesmo período em 2020, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2021). Novamente esse aumento pode ser justificado pela desvalorização cambial.

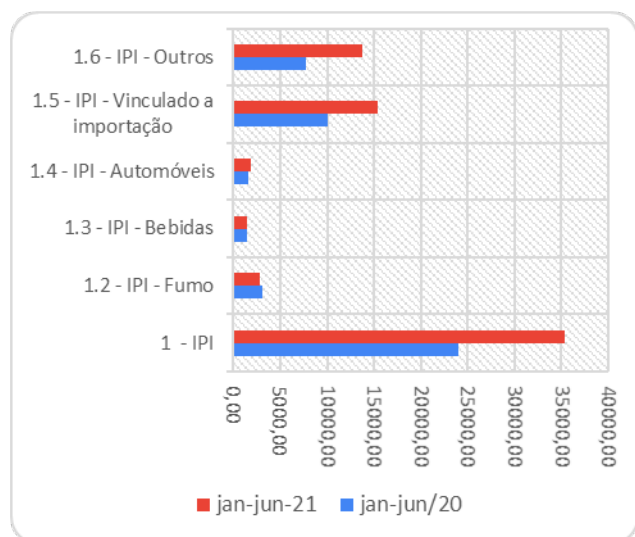


Gráfico 04 - Arrecadação do IPI no primeiro e segundo semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

O aumento nas outras categorias do IPI, como é o caso do IPI de automóveis é justificado também pelo aumento na inflação e nas vendas. Conforme dados da ANFAVEA (2021) foram licenciados 965.936 veículos automotores novos no primeiro semestre de 2021 enquanto que no ano de 2020 foram 713.030 veículos automotores novos no país.

O Imposto de Renda sofreu um aumento real na arrecadação de 19,57%, conforme dados contidos na Tabela 02. Essa elevação é explicada pela variação positiva na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física e Jurídica, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2021). A Tabela 03 apresenta os dados do Imposto de Renda.

O Imposto de Renda sobre Pessoa Física teve um aumento real de 46,69%, enquanto o sobre Pessoa Jurídica aumentou

48,81%. Esse fato pode ser explicado pelo recolhimento extraordinário do I.R sobre Pessoa Jurídica e também pelo fato de em 2021 o pagamento de imposto não ter sido postergado. Em 2020 o governo adotou medidas de adiamento no pagamento dos impostos para mitigar a crise econômica causada pela pandemia (TRISOTTO, 2021).

Tabela 03 – Arrecadação do Imposto de Renda no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var%
1 - Imposto de Renda	219.429,64	262.369,90	19,57
1.2 - I.R.-Pessoa Física	19.853,78	29.123,66	46,69
1.3 - I.R.-Pessoa Jurídica	75.450,18	112.278,47	48,81
1.4 - I.R.-Retido na fonte	124.125,68	120.967,77	-2,54
1.4.1 - RRF-Rendimentos do Trabalho	69.533,47	67.167,46	-3,40
1.4.2 - IRRF-Rendimentos do Capital	27.240,43	25.398,00	-6,76
1.4.3 - IRRF-Remessas ao Exterior	20.815,75	20.465,96	-1,68
1.4.4 - IRRF-Outros Rendimentos	6.536,03	7.936,35	21,42

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Outros tributos com aumentos importantes na arrecadação foram o IOF e PIS/COFINS. O aumento real de 26,95% na arrecadação do IOF se deu devido a volta da cobrança do IOF crédito, que ficou zerado de Abril a Setembro de 2020 (BARBOSA, 2021). Já o aumento na arrecadação do PIS/COFINS, tributo atrelado ao consumo, se justifica pelo

aumento da atividade econômica e da inflação em 2021.

Com relação à arrecadação líquida para o RGPS, essa sofreu um aumento real de 18,71% em 2021 se comparado ao mesmo período de 2020. Conforme pode ser observado na Tabela 04 a arrecadação urbana, que representa 97,5% da arrecadação líquida para o RGPS sofreu um aumento de 18,59%. Enquanto que a arrecadação rural aumentou 23,93%. Esse aumento é justificado pela melhora na atividade econômica nesse período.

Tabela 04 - Arrecadação Líquida para o RGPS no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var%
1- Arrecadação Líquida para o RGPS	175.612,03	208.467,79	18,71
1.1 Urbana	171.559,65	203.445,57	18,59
1.2 Rural	4.052,38	5.022,22	23,93

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Por fim, as Receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de 47,19% no primeiro semestre de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. A conta das Receitas Não Administradas pela RFB pode ser subdividida em 8 partes, conforme dados da Tabela 05.

O aumento das Demais Receitas foram influenciadas pela devolução de R\$ 6,3 bilhões relativa ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), um programa de governo, que foi criado por causa do Covid-19, destinado ao desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios que concede linha de crédito para empréstimos; e pelas elevações na restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 5,8 bilhões) principalmente, conforme dados do Tesouro Nacional (2021).

O aumento em Dividendos e Participações se deve principalmente ao recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 5,0 bilhões), sem contrapartida em 2020. Já as Receitas de Exploração de Recursos Naturais aumentaram em razão do efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção, conforme Tesouro Nacional (2021b)

Tabela 05 - Receitas Não Administradas pela RFB do Governo Central no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	Var %
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	83.720,69	123.227,36	47,19
1.4.1 Concessões e Permissões	1.646,27	1.904,07	15,66
1.4.2 Dividendos e Participações	3.400,54	14.440,87	324,66
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.184,36	8.300,37	1,42
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	31.354,36	40.805,59	30,14
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	7.285,36	7.987,01	9,63
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	10.927,10	11.090,36	1,49
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,32	-	-100,00
1.4.8 Demais Receitas	20.888,38	38.699,08	85,27

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Em síntese, os dados apresentados mostram um comportamento pró-cíclico das receitas do Governo Central ao longo do primeiro semestre de 2020 e de 2021. Tal fato remete grande preocupação com relação à arrecadação nos próximos meses, especialmente para o ano de 2022, dado que o Relatório Focus do Banco Central do Brasil (2021) tem corrigido para baixo as expectativas de crescimento econômico para o ano de 2022.³

³ O relatório Focus de 26 de novembro de 2021 apresenta uma expectativa de crescimento do PIB de 0,58% para o ano de 2022. Quatro semanas antes, a expectativa era de um crescimento de 1,2%.

2.2 A Evolução das Transferências por repartição de receitas do Governo Central no primeiro semestre de 2021

As transferências por repartição de receitas tiveram um aumento real de 20,25% no primeiro semestre de 2021 quando comparado com o mesmo período de 2020, passando de R\$142,29 bilhões para R\$171,11 bilhões, conforme Gráfico 05.

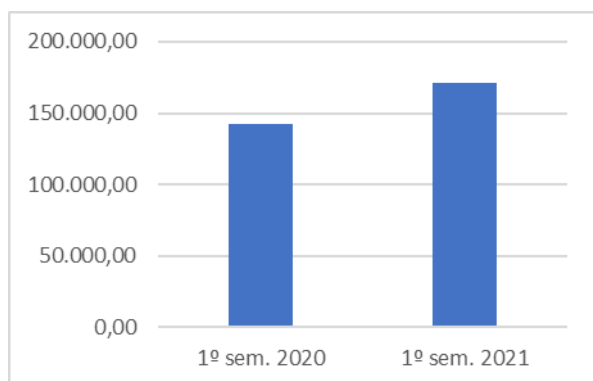


Gráfico 05 – Transferências por repartição de receitas do Governo Central no primeiro semestre de 2020 e 2021

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

O aumento nas transferências federais se deu principalmente em razão do aumento em 23,56% nas transferências constitucionais aos estados, DF e municípios, arrecadadas pela União – os Fundos de Participação dos Estados e Municípios – e o fundo constitucional de compensação pela exportação de produtos industrializados (FPM/FPE/ IPI-EE), conforme dados da Tabela 06.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2021b) o aumento em FPM/FPE/IPI-EE foi reflexo do aumento na arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparados com o período anterior.

Tabela 06 – Transferências por repartição de receitas do Governo Central no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var. %
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	142.294,51	171.110,94	20,25
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	109.787,83	135.651,21	23,56
2.2 Fundos Constitucionais	4.985,77	3.474,17	-30,32
2.2.1 Repasse Total	7.322,25	9.007,66	23,02
2.2.2 Superávit dos Fundos	-2.336,48	-5.533,49	136,83
2.3 Contribuição do Salário Educação	7.264,60	7.305,21	0,56
2.4 Exploração de Recursos Naturais	19.578,78	24.225,84	23,74
2.5 CIDE - Combustíveis	425,3	172,85	-59,36
2.6 Demais	252,24	281,65	11,66

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021
Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

As transferências da exploração de recursos naturais foi o segundo fator que mais contribuiu para o aumento nas transferências no primeiro semestre de 2021, passando de R\$19,58 bilhões para R\$24,23 bilhões. O aumento das transferências de exploração de recursos naturais se deu em razão do aumento na arrecadação de tributos na exploração de recursos naturais devido ao efeito conjunto de aumento na produção, desvalorização cambial e aumento do preço internacional do petróleo conforme Secretaria do Tesouro Nacional (2021b).

2.3 A Evolução da Despesa Total do Governo Central no primeiro semestre de 2021

Após as explanações da Receita Total e das transferências por repartição de receitas para explicar o resultado primário do Governo Central, a presente seção busca analisar o comportamento da Despesa Total, que também é parte integrante do resultado primário das contas públicas.

Fazem parte da Despesa Total quatro grandes grupos, sendo: Benefícios

Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Obrigatórias e Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira. Conforme Tabela 07, os valores das despesas em todos os grupos tiveram variação negativa ao comparar os valores desembolsados no 1º semestre de 2021 com o mesmo período de 2020. Destaca-se a redução de R\$ 192,14 bilhões em Outras Despesas Obrigatórias, em virtude de redução de gastos para o enfrentamento menores com a pandemia da Covid-19 em 2021.

Tabela 07 – Despesa Total do Governo Central no primeiro semestre de 2020 e 2021 (R\$ milhões)

Discriminação	1º sem 2020	2º sem 2021	Var. %
Despesa Total	1.022.266,17	796.955,05	-22,04
Benefícios Previdenciários	387.300,47	368.720,70	-4,79
Pessoal e Encargos Sociais	165.140,47	160.244,56	-2,96
Outras Despesas Obrigatórias	350.971,09	158.827,38	-54,75
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	118.854,14	109.162,41	-8,15

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Os Benefícios Previdenciários tiveram um decréscimo de R\$ 18,58 bilhões (-4,79%) em 2021, valor este justificado principalmente pela antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas, que ocorreram entre maio e julho em 2021, e em 2020, entre abril e junho. Assim, parte da antecipação do 13º salário ficou para o segundo semestre de 2021.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais reduziram em torno de R\$4,89 bilhões (-2,96%) em 2021 e, de acordo com o Tesouro Nacional (2021), a redução real deve-se ao não reajuste salarial aos servidores públicos.

Com redução de R\$ 9,69 bilhões (-8,15%) em 2021, as Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira sofreram influência direta no

atraso da aprovação do orçamento federal, destacando-se a redução de R\$ 6,65 bilhões (-45,13%) na área da saúde conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2021b).

Como destacado anteriormente, o grupo de Outras Despesas Obrigatórias teve uma expressiva redução de gastos de R\$ 192,14 bilhões (-54,75%), em decorrência da diminuição das despesas com a pandemia da Covid-19. Esse grupo é composto por diversos itens que serão analisados os principais destaques a seguir.

Destaca-se neste grupo as despesas de Abono e Seguro Desemprego, com redução de R\$ 7,64 bilhões (-20,43%) frente ao primeiro semestre de 2020, tendo a diminuição da taxa de desemprego e a não antecipação do abono salarial as razões para tal redução no primeiro semestre de 2021, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2021b).

Os Créditos Extraordinários (exceto PAC) refere-se a despesas imprevisíveis e urgentes, como guerras, comoção interna ou calamidade pública, conforme o art. 167, § 3º da Constituição Federal. Para os anos de 2020 e 2021 as principais despesas incorridas com créditos extraordinários foram os relacionados à pandemia.

As Despesas de Sentenças Judiciais e Precatórios tiveram decréscimo de R\$ 5,53 bilhões (-24,07%), decorrente da redução do pagamento de precatórios (ordem de pagamento judicial). Destaca-se também a redução dos Subsídios, Subvenções e Proagro, com redução de R\$ 20,30 bilhões (-87,48%), principalmente por não ter tido no primeiro semestre de 2021 o desembolso com o Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, o qual teve despesas de R\$ 17,0 bilhões no mesmo período de 2020, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2021).

Em virtude da relevância das despesas com enfrentamento no combate à COVID-19 em 2020 e 2021, destaca-se a redução dessas despesas no montante de R\$ 178,87 bilhões (-78,36%), no primeiro semestre de 2021, quando comparado com mesmo período de 2020, conforme Gráfico 06.

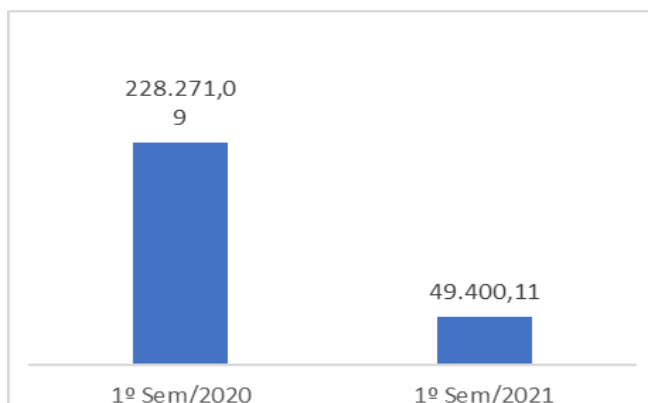


Gráfico 06 – Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de "valor pago") no primeiro semestre de 2020 e 2021

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

A Tabela 08 apresenta os principais destaques das despesas do Governo Central relacionados ao combate à pandemia (pelo critério de "valor pago").

Tabela 08– Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de "valor pago") no primeiro semestre de 2020 e 2021

Discriminação	1º sem. 2020	1º sem. 2021	var. %
DESPESAS PRIMÁRIAS	228.271,09	49.400,11	-78,36
2.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	9,64	153,75	1.495,61
2.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	23.451,67	0,00	-100,00
2.3.7 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	185.421,75	8.225,46	-95,56
2.3.15.27 - Demais Subsidios e Subvenções	18.396,72	0,00	-100,00
2.3.17 - Transferências Multas ANEEL	975,30	0,00	-100,00
2.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos	0,36	32,70	9.052,46
2.4.2 - Discrecionárias	15,65	29,07	85,72

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Conforme a Tabela 08, os pagamentos referentes ao Auxílio Emergencial e Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

reduziram em R\$ 136,63 bilhões (-73,56%) no primeiro semestre de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. As despesas de Apoio Financeiro a Municípios/Estados totalizaram R\$ 23,45 bilhões no primeiro semestre de 2020, e em 2021, essa medida de enfrentamento a pandemia não ocorreu.

Ao somarmos as despesas com o auxílio emergencial com os benefícios pagos para manutenção do emprego e renda, têm-se um gasto de R\$ 1,15 bilhões no primeiro semestre de 2021, frente a R\$ 146,88 bilhões no mesmo período de 2020, representando uma redução de 99,22%.

Outro gasto relevante observado foi com a Aquisição de Vacinas contra covid-19 que no primeiro semestre de 2021 acumulou R\$ 3,52 bilhões, em contrapartida, não havia tido esse gasto em 2020. Observa-se que representa um gasto relativamente pequeno, mas extremamente relevante para o combate da pandemia.

Outro ponto relevante a ser tratado quando se refere a gastos públicos é com relação a Emenda Constitucional – EC 95/2016, a qual limita que os gastos do governo no ano corrente que não podem ser superiores aos gastos do ano interior corrigidos pela inflação, sendo assim, cumpre seu papel de mecanismo para o controle de gastos públicos.

Cabe lembrar que no ano de 2020 foi dado o reconhecimento de estado de calamidade pública, dispensando os diversos entes governamentais de cumprirem as metas fiscais e limites de empenho orçamentário. Em 2021, a regra volta a ter validade.

A Figura 01 em Anexo apresenta as transferências e despesas primárias sujeitas ao teto dos gastos. No primeiro semestre de 2021 observa-se que as despesas sujeitas ao teto de gastos compreendem 48,7% do valor orçado para o ano de 2021. Constatase que as despesas totais no primeiro semestre de 2021 quando comparadas com 2020 foram reduzidas em 6,40%, representando uma redução de gastos no montante de R\$ 49,98 bilhões. O Poder Legislativo reduziu em 7,42%, seguido do Ministério Público da União com 7,25%, do Poder Judiciário com 6,54%, o Poder Executivo com redução de 6,39%, e por fim,

a Defensoria Pública da União com redução de 0,88%.

Verifica-se, portanto, que no primeiro semestre de 2021, houve uma melhora nas contas do Governo Central quando comparadas com o mesmo período de 2020. Essa melhora se deu tanto pelo aumento na arrecadação de tributos quanto pelo corte nos gastos no combate da pandemia. Porém, o país continua com seguidos déficits primários, que refletem no aumento do endividamento público, tema que será abordado nas seções seguintes.

Outro ponto importante a se destacar é que apesar dos dados apresentarem, em termos gerais, uma melhora no resultado do Governo Central, isto não significa que houve melhoras na estrutura de arrecadação de tributos e nem de gastos. Entretanto, seria necessário um levantamento mais minucioso das receitas e despesas primárias para uma análise mais aprofundada.

3. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

3.1 Resultado Primário

O resultado primário é dado pela diferença entre as receitas e despesas governamentais, excluídos os juros nominais incidentes sobre a dívida pública. O resultado primário é superavitário quando as receitas primárias (receitas não financeiras) ultrapassam os gastos primários (gastos não financeiros), contribuindo para a redução da dívida líquida. Caso contrário, se os gastos primários ultrapassam as receitas primárias, o resultado é deficitário, elevando a necessidade de financiamento do setor público e, consequentemente, a dívida líquida.

No primeiro semestre de 2021 o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 5,2 bilhões ante déficit de R\$ 452,1 bilhões em igual período do ano anterior (Tabela 09). Como destacado nas seções anteriores, a melhora do resultado primário pode ser explicada por uma combinação de: a) recuperação econômica parcial da produção brasileira, que apresentou grande queda em 2020 devido à pandemia de Covid-19, resultando em uma base de comparação extremamente deprimida; b) retomada da arrecadação; e, c)

diminuição de despesas extraordinárias, considerando a volta de pagamentos de tributos adiados e a diminuição do valor e quantidade do pagamento do auxílio emergencial.

Tabela 09 - Resultado primário no primeiro semestre 2020/2021 – R\$ milhões – a preços de junho-2021/IPCA

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Varição (%)
Primário	436.316,50	5.208,07	-98,81%
Governo Central	452.068,37	55.154,75	-87,80%
Governos Regionais	- 12.764,66	- 47.006,29	268,25%
Empresas estatais	- 2.987,21	- 2.940,39	-1,57%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Deve-se destacar a melhoria do resultado fiscal dos Governos Regionais que apresentaram um saldo primário superavitário em R\$ 47 bilhões no primeiro semestre de 2021, resultado 268,25% maior que no mesmo período de 2020. Além da retomada da atividade econômica, a elevação do superávit dos governos regionais foi consequência do avanço dos preços das commodities, da elevação da inflação interna e aumento da arrecadação de ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, cujos preços estão em constante expansão.

A Tabela 10 apresenta o resultado primário em proporção do PIB. Observa-se que o déficit primário do setor público consolidado saiu de 11,34% do PIB no primeiro semestre de 2020 para 0,13% do PIB no primeiro semestre de 2021. O déficit primário do primeiro semestre de 2021 é o terceiro maior da série histórica iniciada em 1997, perdendo apenas para o primeiro semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2020.

Tabela 10 - Resultado primário em % do PIB

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Varição (p.p.)
Primário	11,34	0,13	-11,21
Governo Central	11,74	1,34	-10,41
Governos Regionais	-0,33	-1,14	-0,81
Empresas estatais	-0,08	-0,07	0,01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

É importante destacar que a meta de déficit primário estabelecido para 2021 pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é de R\$ 247,1 bilhões, e que em abril o Congresso aprovou um projeto de lei que permite abater até R\$ 40 bilhões de gastos relativos ao enfrentamento à pandemia.

3.2 Juros Nominais

Os juros nominais, também denominados de despesas financeiras líquidas, são dados pelo montante de juros pagos ou apropriados por competência (contabilizados, mas não necessariamente pagos), incidentes sobre a dívida líquida interna e externa.

Os juros nominais totalizaram R\$ 145,4 bilhões no primeiro semestre de 2021, contra R\$ 188,1 bilhões no primeiro semestre de 2020, queda de 22,69% (Tabela 11). Em proporção do PIB, o pagamento de juros passou de 4,89% no primeiro semestre de 2020 para 3,52% em igual período de 2021 (Tabela 12).

Tabela 11 - Juros nominais no primeiro semestre 2020/2021– R\$ milhões – a preços de junho-2021/IPCA

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Variação (%)
Juros nominais	188.104,47	145.425,50	-22,69%
Governo Central	162.047,13	126.152,29	-22,15%
Governos Regionais	22.583,31	16.863,60	-25,33%
Empresas estatais	3.474,04	2.409,62	-30,64%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Tabela 12 - Juros nominais em proporção do PIB

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Variação (p.p.)
Juros nominais	4,89	3,52	-1,36
Governo Central	4,21	3,06	-1,15
Governos Regionais	0,59	0,41	-0,18
Empresas estatais	0,09	0,06	-0,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

De acordo com informações do Banco Central do Brasil (2021b), os motivos que levaram a esta redução no volume de juros nominais foram: a) a manutenção da taxa Selic em 2% ao ano até o mês de março, iniciando uma trajetória de elevação gradual nos meses seguintes; e, b) ganhos

nas operações de *swap* cambial realizadas pelo Banco Central.

3.3 Resultado Nominal

O Resultado nominal é dado pelo pela soma do resultado primário e juros nominais, de modo que é a representação da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

Como já observado, houve redução do déficit primário e queda na carga de juros durante o primeiro semestre do ano. Estes resultados favoráveis levaram à queda da necessidade de financiamento do setor público no conceito nominal.

Tabela 13 - Resultado nominal (NFSP) no primeiro semestre 2020/2021– Valores deflacionados

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Variação (%)
Nominal	624.420,97	150.633,58	-75,88%
Governo Central	614.115,50	181.307,04	-70,48%
Governos Regionais	9.818,64	- 30.142,70	-406,99%
Empresas estatais	486,83	- 530,76	-209,03%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Observa-se pela Tabela 13 que o déficit nominal apresentou uma redução de 75,88% no primeiro semestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020. A contribuição dos governos regionais para esse resultado foi ainda maior, passando de um déficit nominal de R\$ 9,8 bilhões no primeiro semestre de 2020 para um superávit nominal de R\$ 30,1 bilhões em igual período de 2021, representando uma redução de 406,99%.

Em relação ao PIB, o déficit nominal passou de 16,22% no primeiro semestre de 2020 para 3,65% em 2021, o menor valor semestral desde 2014 (Tabela 14).

Tabela 14 - Resultado nominal em % do PIB

Discriminação	1ºSem 2020	1ºSem 2021	Variação (p.p.)
Nominal	16,22	3,65	-12,57
Governo Central	15,95	4,39	-11,56
Governos Regionais	0,26	-0,73	-0,99
Empresas estatais	0,01	-0,01	-0,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Apesar da melhora apresentada nas necessidades de financiamento do setor público, a dívida pública se elevou no primeiro semestre de 2021, aumentando as dificuldades do setor público em garantir a sustentabilidade da dívida.

4. INDICADORES DE DÍVIDA PÚBLICA

4.1 Dívida Mobiliária Federal interna

A Dívida Mobiliária Federal (DMF) corresponde ao montante de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para cobrir a necessidade de financiamento do setor público e financiar a rolagem da dívida pública.

O estoque da Dívida Mobiliária Federal Interna (DMFi) atingiu R\$ 5,10 trilhões em junho de 2021, contra 4,15 trilhões no mesmo período de 2020, um aumento de 22,90% em termos nominais. Em valores reais, corrigidos pela inflação (IPCA-IBGE), houve um aumento de 13,58%, saindo de R\$ 4,49 trilhões em junho de 2020. Em proporção do PIB, a DMFi de junho de 2020 representava 56,08%, enquanto a de junho de 2021 representou 60,71% do PIB, indicando um aumento de 4,6 pontos percentuais.

O aumento da dívida no período analisado teve uma variação anormal se comparado aos anos anteriores, isso se deve a questões como o aumento da emissão de dívida para suprir uma maior necessidade de financiamento do governo no cenário pandêmico, bem como a apropriação positiva de juros, dado uma piora no risco fiscal, alta na taxa de inflação e a reversão da taxa básica de juros que iniciou trajetória de elevação a partir de março de 2021.

O Gráfico 07 apresenta o perfil de vencimento da DMFi no primeiro semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2020. Nota-se que até junho de 2021 houve uma mudança no perfil de vencimentos, com um aumento de 7,3 p.p para títulos entre 12 e 24 meses, e redução de 6,4 p.p para títulos acima de 24 meses, em comparação com junho de 2020. O prazo médio de vencimento em junho de 2021 e junho de

2020 são, respectivamente, de 3,54 anos e 3,68 anos, variação que indica uma diminuição do prazo médio da DMFi.

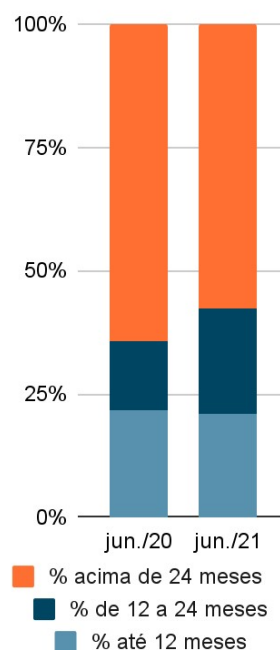


Gráfico 07 - Dívida Mobiliária Federal Interna DMFi - Perfil de Vencimento

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Em relação ao indexador, observa-se pelo Gráfico 08 um aumento na parcela da DMFi indexada a taxas pré-fixadas, 28,8% em junho de 2021 contra 23,7% no mesmo período de 2020, e na parcela da dívida indexada a índices de preços (23,6% em 2021 contra 20,6% em 2020).

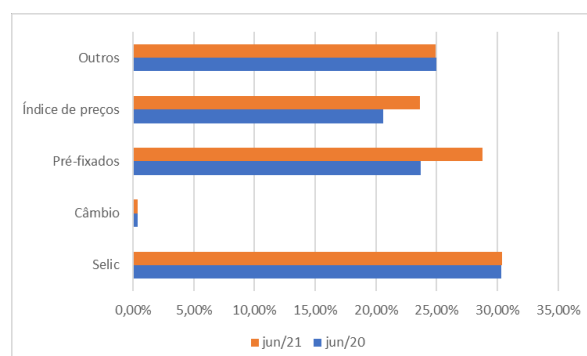


Gráfico 08 - Dívida Mobiliária Federal Interna DMFi - Participação por Indexador

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil

O custo médio da DMFi atingiu 7,66% a.a em junho de 2021, contra 7,52% a.a em junho de 2020, indicando um aumento no custo médio da dívida, que pode ser atribuído ao início do ciclo de elevação da taxa Selic ocorrido em março de 2021; da alta na taxa de inflação, que chegou a 8,35% no acumulado entre junho de 2020 e junho de 2021; e o aumento do prêmio de risco para o financiamento do governo, dado um aumento da incerteza no cenário macroeconômico.

4.2 Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central, consolidando todos os créditos e débitos. Pode ser dividida em: DLSP interna, que contempla a Dívida Mobiliária Federal, outras dívidas e créditos do governo; e em DLSP externa, que corresponde a dívida do setor público não-financeiro e do Banco Central no exterior, deduzindo-se as reservas internacionais em poder do Banco Central.

Dívida líquida total Período	R\$ milhões	% do PIB
jun/20	4.176.168	56,7
jun/21	4.893.317	60,3
Variação nominal	717,149	
Variação real	368,56	

Quadro 1 - Dívida líquida do setor público, junho 2020/2021

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Em junho de 2021 a DLSP atingiu R\$ 4,89 trilhões, contra R\$ 4,17 trilhões no mesmo período de 2020. Em valores reais, corrigidos pela inflação (IPCA-IBGE), o aumento foi de 8,14%, saindo de R\$ 4,52 trilhões em junho de 2020. Em relação ao PIB, a DLSP saltou de 56,7% em junho de 2020 para 60,3% em junho de 2021.

Quando analisado somente o resultado do ano de 2021, nota-se uma redução da DLSP em proporção do PIB. A

dívida líquida passou de 61,2% do PIB em janeiro de 2021 para 60,3% em junho. Esse resultado foi influenciado positivamente pelo aumento do PIB nominal no primeiro semestre de 2021 e negativamente pela elevação da taxa de juros e pela apreciação cambial.

Em relação aos indexadores da dívida, houve uma maior prevalência dos títulos indexados às taxas prefixadas e aos índices de preços e queda na participação dos títulos indexados à Selic e à variação cambial, em comparação ao primeiro semestre de 2020 (Gráfico 09).

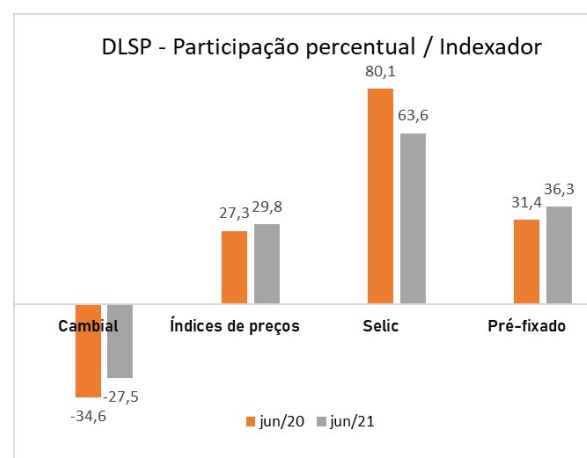


Gráfico 09 - Dívida líquida do setor público por indexador, junho 2020/2021

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

4.3 Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo. Por apresentar relação com a dívida do Tesouro Nacional, são incluídas também as operações realizadas pelo Banco Central com títulos públicos.

Em junho de 2021, a DBGG atingiu R\$ 6,7 trilhões, equivalente a 83,9% do PIB, um aumento de 0,3 p.p contra junho de 2020 (R\$ 6,15 trilhões). Em valores reais, corrigidos pelo IPCA, a DBGG em junho de 2020 foi de R\$ 6,7 trilhões, indicando um aumento de R\$ 62,4 bilhões em junho de 2021.

Ao longo dos seis primeiros meses de 2021, observou-se uma queda de 4,9 pontos percentuais na relação DBGG/PIB (Gráfico 10).

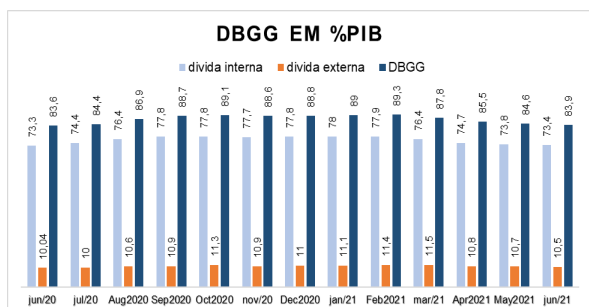


Gráfico 10 - Dívida Bruta do Governo Geral DBGG - Participação percentual do PIB

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2021b), a queda observada na relação DBGG/PIB é decorrente do crescimento do PIB nominal, resgates líquidos de dívida, valorização cambial acumulada e da incorporação de juros nominais. É certo que a pandemia continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica, porém a recuperação vem de forma ponderada e a imunização gradual da população através das vacinas reduz os riscos de novas paralisações na atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. REal é a 4º moeda que mais se valorizou no mundo em 2021, aponta ranking com 120 países. **G1**. Publicado em: 23/06/2021. Acesso <[https://www.austin.com.br/Midia/23-06-2021%20Real%20%C3%A9%20a%204%C2%AA%20moeda%20que%20mais%20se%20valorizou%20no%20mundo%20em%202021%20\(Portal%20G1%20-%20Globo\)/10211#:~:text=Em%202020%2C%20real%20foi%20a%206%C2%AA%20moeda%20que%20mais%20se%20desvalorizou&text=Segundo%20o%20levantamento%20da%20Austin,desvaloriza%C3%A7%C3%A3o%20de%2022%2C4%25](https://www.austin.com.br/Midia/23-06-2021%20Real%20%C3%A9%20a%204%C2%AA%20moeda%20que%20mais%20se%20valorizou%20no%20mundo%20em%202021%20(Portal%20G1%20-%20Globo)/10211#:~:text=Em%202020%2C%20real%20foi%20a%206%C2%AA%20moeda%20que%20mais%20se%20desvalorizou&text=Segundo%20o%20levantamento%20da%20Austin,desvaloriza%C3%A7%C3%A3o%20de%2022%2C4%25)> Dia: 26/11/2021

ANFAVEA (2021) Dados Estatísticos para download em excel. Disponível em <https://anfavea.com.br/site/>. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021) Focus – relatório de Mercado. 26/11/21 Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/26112021> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas especiais, NFSP**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasepeciais>>. Acesso em 26 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Estatísticas Fiscais**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/inficon/Estatisticasfiscais.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021b). **Nota para Imprensa, Estatísticas Fiscais, julho de 2021**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist-estatisticasfiscais/202108_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

BARBOSA (2021), Marina. Arrecadação federal sobe 12,9% e atinge R\$149,1 bilhões em setembro. **Poder 360**. Publicado em: 26/10/2021. Acesso <<https://www.poder360.com.br/economia/arrecadacao-federal-sobe-129-e-atinge-r-1491-bilhoes-em-setembro/#:~:text=O%20IOF%20>> Dia: 26/11/2021.

BRASIL (2021), Ministério da Economia. **Nota informativa**. Elevação estrutural da arrecadação federal. Publicado em: 13/09/2021. Acesso <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2021/nivelacao-estrutural-da-arrecadacao-federal.pdf>> Dia: 26/11/2021.

LEVY, Paulo. FERREIRA, Sérgio. MARTINS, Felipe. Impactos da pandemia sobre os resultados recentes das contas públicas. **IPEA**. Publicado em 12/02/2021. Acesso

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210212_nota_politica_fiscal_13.pdf> Dia: 23/11/2021

LIS, Laís. Arrecadação federal cai 32,92% em maio, para R\$77,415 bilhões. **G1**. Brasília, 23/06/2020. Acesso <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/23/arrecadacao-federal-cai-3292percent-em-maio-para-r-77415-bilhoes.ghtml>> Dia: 24/11/2021.

SALES, Gustavo. Especialistas apontam desvalorização do real e falta de estoques reguladores entre as causas da inflação. **Câmara dos Deputados**. Publicado em 29/09/2021.

Acesso<<https://www.camara.leg.br/noticias/811563-especialistas-apontam-desvalorizacao-do-real-e-falta-de-estoques-reguladores-entre-as-causas-da-inflacao>>

Dia: 26/11/2021.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (2021) **Resultado do Tesouro Nacional** série histórica jun_21. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>> Acesso em: 10 setembro 2021.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (2021 b) **Resultado do Tesouro Nacional**. Boletim vol 27 n. 6, Brasília. Disponível em: <www.tesourotransparente.gov.br> Acesso em: 10 setembro 2021.

SOUZA JR.(2021), José et al. Visão Geral da Conjuntura. **IPEA**. Publicado em 30/03/2021. Acesso<<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/visao-geral-da-conjuntura-10/>> Dia: 23/11/2021

VERDÉLIO (2021), Andreia. Arrecadação federal chega a R\$171,27 bilhões em julho. **Agência Brasil**. Publicado em: 25/08/2021. Acesso<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/eco>

[nomia/noticia/2021-08/arrecadacao-federal-chega-r-171270-bilhoes-em-julho#:~:text=Nos%20sete%20primeiros%20meses%20de,recorde%20para%20o%20per%C3%ADodo%20acumulado](https://agenciabrasil.ebc.com.br/eco/nomia/noticia/2021-08/arrecadacao-federal-chega-r-171270-bilhoes-em-julho#:~:text=Nos%20sete%20primeiros%20meses%20de,recorde%20para%20o%20per%C3%ADodo%20acumulado)> Dia: 24/11/2021

VILELA (2021), Pedro. Pandemia faz arrecadação cair 32,9% em maio, fechando em R\$ 77,4 bi. **Agência Brasil**. Publicado em 23/06/2021. Acesso <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/pandemia-faz-arrecadacao-cair-329-em-maio-fechando-em-r-774-bi>> Dia: 23/11/2021

ANEXO

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	723.651	1.485.936	48,7%
II.1 Poder Executivo	694.045	1.421.604	48,8%
II.2 Poder Legislativo	5.759	12.837	44,9%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.716	6.166	44,0%
II.2.2 Senado Federal	2.068	4.539	45,6%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	975	2.133	45,7%
II.3 Poder Judiciário ²	20.475	44.189	46,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	299	660	45,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	696	1.550	44,9%
II.3.3 Justiça Federal	5.324	11.436	46,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	259	557	46,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.422	7.536	45,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	9.068	19.495	46,5%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.333	2.754	48,4%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	74	201	36,9%
II.4. Defensoria Pública da União	258	559	46,1%
II.5 Ministério Público da União	3.114	6.747	46,2%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1,3}	3.078	6.661	46,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	35	86	41,4%

Figura 01 – Transferências e Despesas Primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/16

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2021)